

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

Declaração Final

1. Nós, representantes dos movimentos sociais e populares, ONGs, e governos dos cinco países membros do Mercosul, integrantes do programa **Somos Mercosul**, nos reunimos em Brasília nos dias 13 e 14 de dezembro de 2006, durante a I Cúpula Social do Mercosul – atividade convocada em parceria com o Fórum Consultivo Econômico e Social, a Comissão Parlamentar Conjunta e a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul. Ratificamos nessa oportunidade a Agenda Social emanada do I Encontro por um Mercosul Produtivo e Social, evento ocorrido em julho de 2006, em Córdoba, na Argentina, durante a XXX Reunião de Chefes de Estado do Mercosul.

2. Nossas conclusões expressam o consenso alcançado pelas delegações presentes e visam o fortalecimento da agenda social e da participação cidadã no Mercosul. Os movimentos e organizações sociais e populares devem participar e incidir efetivamente no processo decisório do Mercosul. Propomos, para tanto, a continuidade dessas experiências, de modo que as Cúpulas Sociais sejam, a partir de agora, apoiadas pelas Presidências *Pro Tempore* como uma atividade permanente do movimento social, sempre realizadas nos marcos das Reuniões Presidenciais do Mercosul. Propomos ainda que os governos apoiem e estimulem a participação direta das organizações da sociedade civil em todos os Sub-grupos de Trabalho e nas Reuniões Especializadas do Mercosul, e que sejam criados mecanismos para incorporá-las como observadoras no Grupo Mercado Comum (GMC) e no Conselho Mercado Comum (CMC).

3. Coincidimos no entendimento de que para avançarmos rumo a um Mercosul mais efetivo e democrático é fundamental enfatizar as dimensões política, social, trabalhista, ambiental e cultural da integração regional, em complementação às dimensões comercial e econômica, superando o neoliberalismo. Conclamamos os governos a implementarem as diretrizes da estratégia de desenvolvimento social integral e produtiva emanadas da XXX Reunião Presidencial do Mercosul.

4. Ratificamos, nos marcos da soberania nacional, do multilateralismo e da defesa da paz, a importância de fortalecer e ampliar o Mercosul, em articulação com os diversos processos de integração que estão sendo desenvolvidos na região, em particular na América do Sul. Ressaltamos a importância da Cúpula Social dos Povos, realizada recentemente em Cochabamba, Bolívia, durante a Cúpula da Comunidade Sul Americana de Nações. Enfatizamos as realizações positivas do Mercosul, e apelamos para a intensificação do diálogo e para o aprofundamento da dimensão política como caminho mais adequado para contribuir para a integração regional.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

5. Saudamos a criação do Parlamento do Mercosul e assumimos o compromisso de subsidiar essa instituição política com os indispensáveis aportes dos movimentos sociais, na perspectiva de construção de um Mercosul democrático e participativo. Enfatizamos a necessidade da composição do Parlamento do Mercosul ter a participação igualitária de homens e mulheres, e de sua agenda incluir, com a ênfase necessária, os temas da igualdade de gênero, da igualdade étnico-racial e dos direitos humanos.

6. Enfatizamos que a ampliação dos horizontes da participação cidadã na tomada de decisões sobre o destino do Mercosul deve guiar a reforma institucional e visar o fortalecimento das políticas públicas regionais de caráter social, imprescindíveis para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento do bloco e assegurar que os benefícios advindos da integração sejam distribuídos de forma equânime, revertendo-se em melhoria da qualidade de vida de nossas populações.

7. Nesses marcos, sublinhamos a importância do fortalecimento das políticas regionais de educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural, racial, étnica e de gênero e que incorporem como fundamento os direitos humanos como elemento indissociável da criação de uma cidadania regional. Defendemos, especialmente, a adoção de políticas de educação para a integração, de inclusão educacional de segmentos vulneráveis, das políticas de financiamento para a educação e da valorização, em todos os níveis, dos profissionais da educação. Saudamos a realização do III Fórum Educacional do Mercosul, ocorrido em Belo Horizonte, em novembro de 2006, e endossamos suas conclusões. Conclamamos os governos a criarem as condições para o desenvolvimento do ensino das línguas portuguesa e espanhola, idiomas oficiais do bloco, em todos os países do Mercosul. É igualmente imprescindível garantir a utilização, preservação e transmissão das línguas maternas das populações originais da região, especialmente nas áreas de fronteira.

8. Entendemos que o desenvolvimento social e econômico do Mercosul passa pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude que se articulem transversalmente com as políticas de educação, trabalho decente, cultura, saúde, segurança pública, intercâmbio de jovens, turismo, meio ambiente, esporte e lazer. As políticas públicas de juventude devem ser compreendidas como prioridade por todas as gerações e devem, necessariamente, contemplar o estímulo à participação dos jovens nas esferas de decisão do bloco.

9. Para construirmos um Mercosul verdadeiramente democrático e participativo, consideramos fundamental formular uma estratégia de cooperação específica para os âmbitos da informação, comunicação, cultura e conhecimento, contemplando acordos para potencializar as redes regionais de informação e comunicação pública e cidadãs, com um sentido de equidade e respeito à liberdade de

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

imprensa, com a finalidade de contribuir para a formação de uma cidadania e uma identidade comum sul-americana.

10. Ressaltamos a centralidade da agenda do emprego e do trabalho decente para a estratégia de desenvolvimento e crescimento do Mercosul. Para tanto, propugnamos pelo cumprimento da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul e por garantias efetivas de funcionamento do Observatório do Mercado de Trabalho, de modo a que sejam executadas as diretrizes da Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego. A articulação das cadeias produtivas, com o objetivo de gerar condições de criação de empresas e empregos dignos, e o respeito e cumprimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras constituem os parâmetros essenciais dessa estratégia. Exortamos os governos a agilizar e simplificar a regulamentação da circulação de trabalhadoras e trabalhadores no Mercosul; criar mecanismos de harmonização entre os países que garantam os direitos previdenciários; implementar o Plano Regional de Inspeção do Trabalho; acelerar a harmonização das Normas sobre Higiene e Segurança no Trabalho e o Plano Regional para a Erradicação do Trabalho Infantil e a plena incorporação das pessoas com deficiência. Defendemos o direito à organização sindical de acordo com as normas internacionais do trabalho.

11. Entendemos que a saúde é um direito universal, integral, que promove igualdade e exige participação, para que o desenvolvimento com justiça social seja alcançado. Políticas conjuntas de saúde constituem excepcional ferramenta para promover a qualidade de vida de nossos povos, pois garantem seu bem-estar. Os progressos obtidos têm fundamental importância para complementar políticas de saúde. Entretanto, é necessária maior articulação entre os países envolvidos no processo, a fim de otimizar resultados, revisar e atualizar temas prioritários e de interesse comum. Devemos atentar para as alterações e os avanços nos aspectos assistenciais, sanitários, tecnológicos, ambientais e de recursos humanos nos países do Mercosul e estimular, junto à sociedade civil, a gestão participativa e o controle social. Consideramos também a importância da criação do Observatório da Participação Social e Gestão Participativa no Mercosul, integrado às demais redes de observatórios existentes, promovendo a articulação com a Comissão Intergovernamental de "Sistemas de Informação e Comunicação em Saúde" (CISICS).

12. A reforma agrária, o combate à violência no campo, o fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária, da segurança alimentar e do cooperativismo são ações indispensáveis para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável. Estas ações devem se tornar prioridades das políticas públicas dos países do bloco. Conclamamos os Presidentes a implementar as recomendações apresentadas pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) e pela Reunião Especializada sobre Cooperativismo (RECM). Defendemos ainda a implementação no Mercosul das recomendações da Declaração Final da Conferência Internacional da Organização das Nações

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, aprovada em Porto Alegre, em Março de 2006.

13. Comprometemo-nos com a promoção e a proteção dos direitos humanos no Mercosul e Estados associados, saudando a criação do Grupo de Trabalho sobre Educação e Cultura em Direitos Humanos e enfatizando a importância de assegurar o direito à verdade e à memória, reconhecer as vulnerabilidades dos migrantes e refugiados nos países do bloco, estabelecer estratégias de cooperação contra a violência e discriminação sexual, racial e étnica, a prostituição infantil e o tráfico de seres humanos e de elaborar uma declaração de compromisso comum para a promoção e a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Especial atenção deve ser dada aos direitos dos povos originários, particularmente nas regiões de fronteira.

14. Atribuímos prioridade à formulação de um marco jurídico de defesa dos direitos dos migrantes nos países do Mercosul e Estados Associados, reconhecendo o direito humano a migrar como direito à livre circulação e fixação de residência garantido em convenção, pacto e declaração internacionais, enfatizando a necessidade de garantir a segurança humana de todos os migrantes independente de seu status migratório, denunciando e coibindo as violações de direitos humanos nas fronteiras e da condução desumana das deportações e expulsões coletivas de estrangeiros.

15. Destacamos a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento regional urbano, integrado e sustentável para o conjunto de cidades. Para tanto propomos o reconhecimento, por parte dos governos dos países do Mercosul, do direito à cidade como um direito humano fundamental. Os governos devem garantir os investimentos necessários para o desenvolvimento de políticas urbanas que dêem conta do problema da moradia adequada, do saneamento ambiental e do acesso ao transporte público de qualidade, provendo, ao mesmo tempo, as condições para a criação de espaços de participação na gestão das cidades. Na mesma linha, reafirmamos a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação dos governos locais e regionais no Mercosul e exortamos à instalação imediata do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos.

16. Exortamos nossos governos a ratificar a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias e promover a respectiva normativa do Mercosul com vistas à convergência dos marcos jurídicos desses direitos em nossos países, respeitando os direitos humanos dos migrantes independentemente de seu status migratório e multiplicando esforços para combater o tráfico de pessoas e a exploração sexual. Enfatizamos que as mulheres e as crianças são mais vulneráveis e expostas às violações desses direitos.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

17. Conclamamos os governos dos países do bloco a alocar os recursos políticos e econômicos necessários para a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher. A mesma prioridade deve ser dada à adoção de políticas públicas de atenção à saúde reprodutiva e sexual. Enfatizamos a necessidade dos governos, articulados com a movimentos e organizações sociais, implementarem os compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção CEDAW) e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) assim como as recomendações da Reunião Especializada de Mulheres (REM).

18. Destacamos que o Mercosul deve contemplar o fortalecimento e a ampliação das dimensões produtiva e social da integração. O cooperativismo e a economia solidária devem ser apoiados por políticas regionais como instrumentos eficazes para a construção de uma sociedade mais justa, para a geração de trabalho decente e renda e para a inclusão das populações excluídas. Apoiamos a elaboração de políticas regionais para a promoção da pequena e média empresa, o incentivo tecnológico e a produção de energias renováveis com critérios de sustentabilidade socioambiental. Ressaltamos, também, a necessidade de se estabelecer ações e uma legislação comum de estímulo ao cooperativismo, à capacitação, à formação e ao intercâmbio entre esses setores, estimulando a estruturação das cadeias produtivas.

19. Propugnamos a promoção de investimentos para o combate às assimetrias entre os países e no interior dos países do Mercosul, permitindo uma perspectiva conjunta de desenvolvimento socioeconômico, coesão social, complementaridade, sinergias, convergência estrutural e fortalecimento do processo de integração. Nesse sentido enfatizamos a importância de consolidação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul como um instrumento de apoio às economias menores e alocação de recursos para superar as assimetrias regionais. Entendemos que os recursos destinados ao FOCEM devem ser ampliados e a sua atuação monitorada pela sociedade civil. Além disso, é fundamental articular os mecanismos de financiamento existentes através da construção de um organismo regional de financiamento ao desenvolvimento no Mercosul. Ressaltamos a importância da montagem de uma infra-estrutura condizente com os objetivos definidos.

20. Observamos que os elementos definidores de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região devem regular a política comercial do Mercosul com terceiros países, estimulando cadeias produtivas e aproveitando ao máximo as complementaridades existentes entre as diversas economias nacionais. O desenvolvimento regional deve articular-se em torno de um poderoso mercado regional de consumo responsável, com primazia sobre outras propostas de integração comercial que visam primordialmente à exportação para terceiros. A garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais deve

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

prevalecer sobre eventuais tratados de comércio que venham a ser firmados pelo bloco. As negociações para estes tratados com países e regiões extra-bloco devem ser subordinadas aos objetivos regionais de desenvolvimento.

21. Enfatizamos a necessidade de articulação entre os movimentos e organizações sociais e populares e governos para garantir continuidade, no Mercosul e Estados associados, das recomendações da Conferência Regional das Américas sobre os avanços e desafios no Plano de Ação contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Deve ser estimulada a troca de experiências e melhores práticas para a promoção da igualdade racial no bloco. Exortamos os governos a implementar o Plano de Ação de Durban e estabelecer novos mecanismos de avaliação de progressos e desafios no combate ao racismo e todas as formas de discriminação nos países do Mercosul.

22. Consideramos prioritárias ações de integração cultural, com vistas à construção de uma identidade regional que leve em conta a diversidade da região e o papel central da cultura para o seu desenvolvimento. Exortamos nossos governos e parlamentos a ratificar a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, destacando o acesso à cultura como caminho para inclusão social e construção da cidadania. Defendemos a ampliação de recursos para a cultura e a intensificação do intercâmbio artístico das distintas linguagens – teatro, música, dança, artes circenses, artes visuais, audiovisual, literatura, entre outras, bem como a articulação de pontos de cultura e casas de cultura e das políticas de patrimônio, cultura digital e livro e leitura. Enfatizamos a necessidade de integrar políticas de cultura, educação, juventude e comunicação, numa plataforma de desenvolvimento sociocultural do Mercosul.

23. Defendemos os recursos naturais e o acesso à água em toda a região. A água não é mercadoria, e rechaçamos qualquer tentativa de privatização desse direito essencial para todas as formas de vida. Em relação ao Aquífero Guarani, propomos uma regulação regional, não subordinada às instituições financeiras internacionais, do uso desse recurso regional, sua proteção e garantia de existência para as gerações futuras. Há necessidade de implementar e fortalecer a participação social na gestão integrada das bacias hidrográficas e transfronteiriças. Propomos a realização de uma conferência sobre meio ambiente e recursos naturais no Mercosul. O desenvolvimento sustentável, a defesa da biodiversidade, a ratificação dos tratados internacionais são fundamentos para a construção de um Mercosul socioambiental.

Em Brasília, aos 14 de dezembro de 2006, subscrevem:

Programa Somos Mercosul (Regional)
Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Regional)
Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (Regional)

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

Ação Educativa (Brasil)
 Aliança Estratégica Afrolatina (Brasil)
 Aliança Social Continental (Regional)
 Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (Brasil)
 Associação Brasileira de ONGs – ABONG (Brasil)
 Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção – ALOP (Regional)
 Attac (Brasil)
 Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Brasil)
 Central Única dos Trabalhadores – CUT (Brasil)
 Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (Brasil)
 Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT (Brasil)
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (Brasil)
 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Brasil)
 Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC (Brasil)
 Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB (Brasil)
 Coordenação Nacional de Entidades Negras (Brasil)
 Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (Regional)
 Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul – COPROFAM (Regional)
 Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF (Brasil)
 Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (Brasil)
 Fórum Universitário do Mercosul – FOMERCO (Regional)
 Força Sindical (Brasil)
 Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS (Brasil)
 Marcha Mundial das Mulheres (Brasil)
 Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes (Regional)
 Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores (Regional)
 Programa Mercosul Social e Solidário (Regional)
 Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Brasil)
 Rede Mercocidades (Regional)
 União Nacional dos Estudantes (Brasil)
 Amigos de la Tierra (Uruguai)
 ANONG - Asociación Nacional de Organizaciones No Gubernamentales Orientadas al Desarrollo de Uruguay (Uruguai)
 Articulação de Mulheres Brasileira (Brasil)
 Articulación Feminista MARCOSUR (Uruguai)
 Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC (Brasil)
 Associação Brasileira de Festivais Independentes – ABRAFIN (Brasil)
 Associação de Educadores da América Latina e Caribe – AELAC (Regional)
 Associação dos Estudantes Indígenas (Brasil)

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

Asociación Civil Red Ambiental (Argentina)
Asociación de ONGs. del Paraguay – POJOAJU (Paraguay)
Asociación Latinoamericana de Micros, Pequeños y Medianos Empresarios –
ALAMPYME (Argentina)
Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação (Regional)
Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela – CUTV (Venezuela)
Centro de Cultura Luiz Freire (Brasil)
Centro de Estudos Ambientais (Brasil)
Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos (Brasil)
Centro de Innovación Tecnológica y Cooperación Internacional (Venezuela)
CFEMEA (Brasil)
Comisión Nacional de Fomento Rural (Uruguay)
Comissão Brasileira Justiça e Paz (Brasil)
Conciencia Sin Barreras (Argentina)
Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Brasil)
Confederación Campesina e Indígena de Chile – NEHUEN (Chile)
Confederación General de Profesionales de la República Argentina (Argentina)
Conselho de Educação de Adultos da América Latina – CEAAL (Regional)
CUT (Paraguay)
Educafro (Brasil)
Encuentro Latinoamericano por la Soberanía y la Integración (Argentina)
Escola de Gente Comunicação e Inclusão (Brasil)
Fábrica do Futuro – Cataguases – MG (Brasil)
Fase (Brasil)
FEDEINDUSTRIA (Venezuela)
Federación Agraria Argentina (Argentina)
Federación Bolivariana de Asociaciones de Estudiantes Universitarios de
Tinaquillo (Venezuela)
Feministas en Acción (Argentina)
Foro de la Agricultura Familiar de Argentina (Argentina)
Foro Social Mundial/Argentina (Argentina)
Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Brasil)
Fórum Cultural Mundial (Brasil)
Fórum Mundial de Educação (Brasil)
Geo Juvenil para América Latina y el Caribe (Argentina)
Grupo CRIA – Bahia (Brasil)
Grupo de Trabalho Amazônico (Brasil)
Ibase (Brasil)
INAMUJER (Venezuela)
Iniciativa MERCOSUR, Plataforma Interamericana de Derechos Humanos,
Democracia y Desarrollo (Uruguay)
Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (Brasil)
Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global (Brasil)
Instituto Nacional de la Juventud (Venezuela)

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

BRASÍLIA

Instituto Observatório Social (Brasil)
 Instituto Pólis (Brasil)
 Instituto Paulo Freire (Brasil)
 Instituto Solidariedade Brasil (Brasil)
 Instituto Terceiro Setor (Brasil)
 Instituto Terra Azul (Brasil)
 Movimiento Bolivariano para la Unidad Latinoamericana- MOBUL (Venezuela)
 Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Brasil)
 Movimento Organizado Hip-Hop Brasil (Brasil)
 Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile – MUCECH (Chile)
 Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos del MERCOSUR
 (Uruguai)
 Organização Brasileira de Juventude (Brasil)
 Organización Latino-Americana de Gobiernos Intermedios – OLAGI
 (Venezuela)
 Pontão de Cultura Teatro do Oprimido –RJ (Brasil)
 Ponto de Cultura Cinema de Animação – PE (Brasil)
 Ponto de Cultura Cachoeira – BA (Brasil)
 Ponto de Cultura Rede Comunitária (Brasil)
 Ponto de Cultura Circo Voador – RJ (Brasil)
 Ponto de Cultura Vila Buarque – SP (Brasil)
 Ponto de Cultura Acartes – CE (Brasil)
 Projeto Axé (Brasil)
 Radio Mundo Real (Uruguai)
 Red Diáspora/ Idas y Vueltas (Uruguai)
 Red no a la Trata (Argentina)
 Red de Organizaciones Afrovenezolanas (Venezuela)
 Red Provincial de Monitoreo de la Ley de Violencia (Argentina)
 Red Seguridad Social (Venezuela)
 Rede de Jovens do Nordeste (Brasil)
 Social Watch/ Instituto Tercer Mundo (Uruguai)
 TELESUR (Regional)
 União dos Escoteiros do Brasil (Brasil)
 União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Brasil)
 Unión Agrícola Nacional (Paraguai)
 Universidad Bolivariana (Venezuela)
 Universidad Latinoamericana y del Caribe (Venezuela)